

Estadão: Telefônica, Previ e grupo Telemar lideram ranking de poder econômico

As três empresas somam R\$ 333,2 bilhões em poder acumulado, segundo estudo feito por ONGs. Só a União é mais poderosa

A maior parte do poder econômico privado nacional está sob controle do grupo espanhol Telefônica, do fundo de pensão Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), do grupo Telemar, do grupo Bradesco e dos negócios da família Gerdau. É o que mostra o estudo "Proprietários do Brasil", que inclui um ranking dos maiores poderes econômicos baseado não apenas na receita, mas que leva em conta também as participações de cada grupo em outras empresas.

Foram considerados apenas grupos privados. Não fosse isso, a União seria considerada pelo estudo o maior poder econômico nacional.

A pesquisa foi elaborada pelas ONGs Instituto Mais Democracia e Cooperativa EITA-Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão.

Ainda figuram entre os dez mais poderosos a Wilkes Participações (por meio da qual a família Diniz e o grupo francês Casino dividem o controle do Grupo Pão de Açúcar), a Blessed Holdings (dona dos frigoríficos JBS e Bertin, além da Vigor), o banco Santander, os negócios da família Jereissati e do grupo Ultra, dos postos Ipiranga.

As 12 primeiras companhias da lista detêm 51% do poder acumulado total. "Esperávamos uma concentração, mas não tão grande", disse João Roberto Lopes, cientista político e coordenador do Instituto Mais Democracia, que lançará o estudo na próxima quinta-feira, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), no Rio.

Sergio Lazzarini, professor do Insper, ressalta a participação do poder econômico nas mãos do governo.

"O governo é o maior proprietário do Brasil", afirmou Lazzarini, que estudou o tema no livro "Capitalismo de laços".

Segundo Lopes, um dos objetivos do estudo é mostrar a relação dos grandes grupos privados com o Estado.

O "poder acumulado" da União foi calculado em cerca de R\$ 460 bilhões em 2011, considerando o controle das estatais e as participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Telefônica, primeira no ranking, tem poder acumulado de R\$ 187,465 bilhões.

A Previ, em segundo, ficou com R\$ 145,806 bilhões, enquanto o grupo Telemar, com R\$ 112,106 ficou em terceiro.

Estrutura de controle. Um próximo passo, depois de montar o ranking com 397 empresas, será construir uma plataforma na internet, para permitir acesso à estrutura de controle das empresas e suas relações entre elas e com o Estado.

Lopes chamou atenção para o BNDESPar, braço de participações do banco, sócio de muitas das empresas do ranking. "Queremos colocar em debate essa rede de proprietários", disse.

O cientista político destacou a importância de se "renomear" os grandes grupos empresariais, dando transparência para os últimos controladores.

Algumas, como a Blessed Holdings, dona do grupo JBS, e a Stichting Gerdau Johannpeter, controladora do grupo Gerdau, estão sediadas no exterior, segundo Lopes.

O estudo "Proprietários do Brasil" usou dados informados à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), partindo de 704 companhias abertas e passando por cerca de 5 mil empresas e pessoas físicas, entre controladoras e controladas.

Após as privatizações das companhias estatais, nos anos 1990, a participação direta do Estado nos negócios foi substituída por formas indiretas, exercidas por meio do BNDES e de fundos de pensão, como o Previ, segunda instituição mais poderosa do País, segundo o ranking.

Lazzarini destacou ainda o caráter "relacional" da formação do capitalismo empresarial no Brasil. "Esse modelo ficou patente nas privatizações, com a formação de consórcios e montagem de alianças", disse o professor, destacando que essa estratégia tem sido retomada pelo governo de Dilma Rousseff, nas novas rodadas de concessões no setor de infraestrutura.

Em geral, a participação do governo na economia tem pontos positivos e negativos, mas os últimos têm prevalecido no atual contexto, segundo Lazzarini.

O principal lado positivo é a disponibilidade de capital. O lado negativo é um excesso de direcionamento sobre a economia, evidente na intervenção em setores com grande participação estatal, como o elétrico. "A intervenção traz incertezas e atrapalha os investimentos", disse Lazzarini.

Método

A metodologia usada para fazer o ranking foi desenvolvida por um grupo de pesquisa da universidade suíça ETH Zurique e cruzou informações das estruturas societárias para identificar quem são as empresas "controladoras últimas", ou seja, que controlam outras empresas e ninguém as controla - e, portanto, detêm o poder econômico.

Para isso, foi calculado o "poder acumulado" - em reais, considerando a receita das empresas e participações acionárias - e criado o Índice de Poder Acumulado (IPA), que indica o peso de cada grupo no poder total.

Fonte: Jornal "O Estado de São Paulo", publicado em 10 de dezembro de 2012, por Vinicius Neder